

**ATA DA VIII REUNIÃO ORDINÁRIA DO
CONSELHO NACIONAL DE RECURSOS HÍDRICOS - CNRH**

Às dez horas do dia onze de dezembro de 2002 teve início a 8ª Reunião Ordinária do Conselho Nacional de Recursos Hídricos - CNRH, realizada no auditório Avelino Costalonga, Edifício Sede da Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e Parnaíba - CODEVASF, em Brasília, Distrito Federal. O Dr. Raymundo José Santos Garrido, Secretário Executivo do CNRH, assumiu a presidência dos trabalhos em substituição ao senhor ministro do Meio Ambiente, José Carlos Carvalho. Imediatamente, convidou os Drs. Roberto Alves Monteiro e Cristina Mascarenhas para auxiliar nos trabalhos. O Dr. Garrido lembrou que esta seria a última reunião do Conselho dentro do atual governo e que, portanto, faria um balanço das atividades do CNRH, logo após a aprovação da Ordem do Dia. Relatou que o Conselho foi instalado em 5 de novembro de 1998, em reunião realizada no auditório do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA. Na ocasião, disse, o CNRH era presidido pelo então ministro Gustavo Krause e ocorreu a aprovação de seu Regimento Interno. O Dr. Garrido ressaltou que o Conselho foi capaz de produzir um conjunto rico de contribuições para o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos – SINGREH feito coletivamente e de maneira participativa. Fazendo um histórico, informou que o Conselho sempre possuiu como filosofia de trabalho a gestão descentralizada, contando com a participação dos poderes públicos, dos usuários da água e da sociedade civil organizada. Em seguida, apresentou alguns quadros ilustrativos que faziam um balanço do sistema institucional brasileiro tal como se apresenta hoje, mostrando a questão da legislação e da política de recursos hídricos no âmbito dos estados. Os quadros demonstraram a cronologia do crescimento do sistema no que concerne a promulgação das leis, dando destaque para os Conselhos Estaduais. Dando prosseguimento, historiou a implementação de comitês de bacias hidrográficas por estado, citando os já criados. O Dr. Garrido informou que estaria sendo enviada para a Casa Civil a proposta de alteração do Decreto nº 2.612, de 1998, que entre outras, propôs a ampliação do número de membros do CNRH, e que foi uma decisão tomada pela plenária ainda no ano passado. Disse que na auditoria operacional feita pelo Tribunal de Contas da União houve a recomendação de que esse envio fosse o mais imediato possível. Então, concluiu, esse seria um ponto positivo que o governo que se encerra transferirá ao governo a empossar-se em primeiro de janeiro. Em seguida, disponibilizou informações ilustradas sobre a realização de reuniões de câmaras técnicas e de plenárias do Conselho. Destacou que o processo foi bastante positivo e constatou o crescimento do número de reuniões, de participantes, entre conselheiros e convidados, e das deliberações aprovadas. O Dr. Garrido agradeceu a todos os presidentes de câmaras técnicas e também as equipes que trabalharam durante esse período. Ainda sobre o balanço das atividades do Conselho, pediu reflexão para a necessidade de se institucionalizar o processo de gestão que tem crescido com velocidade cada vez mais alta dado o interesse que o tema “água” tem despertado em todo o território nacional. Lembrou que o processo de institucionalização permite a convivência harmônica do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos com o sistema federativo e o fortalecimento dos comitês de bacias, dos Conselhos estaduais e do Conselho Nacional. Salientou que a compatibilização ou a convivência entre as legislações diferenciadas é um problema que não reside só na fronteira dos estados mas também no trato do tema da gestão de recursos hídricos, seja pela emissão da outorga de direito de uso da água, seja pelo critério de cobrança pela utilização dos recursos hídricos, em estados que dividem a mesma bacia hidrográfica. Destacou que o estabelecimento da relação de confiança entre os agentes presentes ao processo também é algo que já se percebe no amadurecimento da gestão de recursos hídricos no Brasil. O Dr. Garrido enfatizou que a credibilidade das instituições que hoje atuam no setor é representativa desse grau de confiança. Em comentários adicionais, falou das etapas da construção do fortalecimento do SINGREH, com a participação de todo o conjunto da sociedade brasileira. Ao final, o Dr. Roberto Monteiro verificou o quorum, registrando, até aquele momento, a presença de vinte e dois conselheiros. Após a leitura dos informes, o Dr. Garrido solicitou que o Dr. Roberto Monteiro anunciasse o nome dos novos conselheiros indicados: Dr. Antônio Morandini, como conselheiro Titular representando o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; e Drs. Johnny Ferreira dos Santos e Nolan Ribeiro Bezerra como, respectivamente, conselheiro titular e conselheira suplente, representando o Ministério da Saúde. Antes de questionar a existência de matéria em regime de urgência, o Dr. Garrido leu um fax que recebeu do secretário de Meio Ambiente do Rio

60 Grande do Sul, Dr. Cláudio Langone, o parabenizando pelas realizações alcançadas no CNRH.
61 O Dr. Garrido informou que havia recebido um requerimento de urgência (**Anexo I**), assinado
62 por sete conselheiros, solicitando a análise de questão do grupo técnico de águas subterrâneas
63 que foi constituído por Decreto Presidencial. Relatou que o requerimento, também apresentado
64 na penúltima reunião do Conselho, sugeria moção com o objetivo de um aperfeiçoamento ao
65 decreto visando a otimização das ações, a integração de competências e o cumprimento das
66 determinações legais contidas na Lei nº 9.433, de 1997. Solicitou que o requerimento fosse
67 lido e questionou a inclusão do assunto na pauta. A conselheira Cristina Yuan, com a palavra,
68 historiou o tema. Com a palavra, o Dr. João Carlos Simanke enfatizou a importância que a
69 moção teria para o fortalecimento da democracia e da gestão das águas subterrâneas.
70 Informou que o grupo criado não teria ainda se reunido, o que demonstrava que, com o não
71 envolvimento da sociedade, dos atores, e dos interessados, o processo não se frutificaria. A
72 Dra. Leila Passos, com a palavra, concordou com o Dr. Simanke, e disse que um exemplo de
73 que deve haver maior integração é a minuta da resolução dos procedimentos de outorga e
74 mineração que estaria sendo apresentada, onde é urgente a participação de toda a área
75 técnica no assunto. O conselheiro Mauro Viegas se apoiou no que foi relatado e disse que o
76 CNRH precisava se manifestar, solicitando ao executivo que reavaliasse o assunto, como tema
77 urgentíssimo. O Dr. Garrido disse compreender que o decreto foi um ato de soma ao sistema
78 onde não existe a primeira pessoa do singular e sim a primeira pessoa do plural. Portanto,
79 complementou, qualquer agente do processo que oferecesse uma contribuição espontânea
80 para a melhoria da gestão das águas seria sempre bem recebido, e o decreto viria nessa
81 direção. O Dr. Garrido, então, pediu votação para a inclusão do tema na Ordem do Dia. A
82 matéria foi incluída na pauta e, após solicitação do conselheiro Jair Sarmento para que os
83 itens 3 e 5 fossem adiantados, a Ordem do Dia ficou assim disposta:

- 84 • item 1: análise da proposta de resolução referente a codificação de bacias hidrográficas,
85 encaminhada pela Câmara Técnica do Plano Nacional de Recursos Hídricos;
- 86 • item 2: apresentação do documento “Visão Nacional - Síntese Panorama das Bacias
87 Hidrográficas” pela Câmara Técnica do Plano Nacional de Recursos Hídricos;
- 88 • item 3: análise da proposta de resolução referente às diretrizes para outorga de uso dos
89 recursos hídricos para o aproveitamento de recursos minerais, encaminhada pela Câmara
90 Técnica de Integração de Procedimentos, Ações de Outorga e Ações Reguladoras;
- 91 • item 4: análise da proposta de resolução referente à composição das Câmaras Técnicas
92 cujos mandatos expirarão em janeiro de 2003, encaminhado pela Câmara Técnica de
93 Assuntos Legais e Institucionais - CTIL;
- 94 • item 5: análise de proposta de moção dirigida aos Ministérios das Relações Exteriores, Meio
95 Ambiente, Justiça e Defesa, ao governo do estado do Mato Grosso do Sul, ao IBAMA, à
96 Agência Nacional de Águas – ANA e à Fundação Nacional do Índio – FUNAI, recomendando
97 ações no âmbito dos respectivos órgãos, visando encaminhar as questões referentes à
98 bacia hidrográfica do rio APA, Mato Grosso do Sul;
- 99 • item 6: análise do programa de trabalho da Secretaria Executiva do Conselho Nacional de
100 Recursos Hídricos, e respectiva proposta orçamentária, para exercício 2003, conforme
101 estabelecido no Decreto n.º 2.612, de 1998, que regulamenta o CNRH; e
- 102 • item 7: requerimento de urgência: análise da proposta de moção aos Ministérios do Meio
103 Ambiente, de Minas e Energia, da Saúde e dos Esportes e Turismo com vistas à alteração
104 do Decreto de 8 de julho de 2002.

105 Após a leitura da nova Ordem do Dia, o Dr. Garrido convidou o conselheiro Oscar Cordeiro
106 para apresentar a próxima matéria: análise da proposta de resolução referente à Codificação
107 de bacias hidrográficas (**Anexo II**). O conselheiro Oscar, representante das Organizações
108 Técnicas e de Ensino e Pesquisa, disse que a câmara recebeu ofício, encaminhado pelo
109 Secretário Executivo do CNRH, no qual foi solicitado que a câmara executasse análise de
110 minuta de proposta de resolução referente à proposta de Divisão Hidrográfica Nacional.
111 Esclareceu que o assunto foi amplamente discutido no âmbito da câmara, inclusive com a
112 criação de um grupo de trabalho específico, e que a estratégia acordada foi a seguinte:
113 proposição inicial de elaboração de uma proposta de resolução sobre codificação de bacias
114 hidrográficas, uma vez que foi feita distinção entre esse assunto e a Divisão Hidrográfica
115 Nacional propriamente dita. Salientou que a questão da divisão hidrográfica nacional será
116 discutida oportunamente na câmara. Reportou que a proposta de resolução foi, então,
117 encaminhada à CTIL, que, por sua vez, com relação aos aspectos pertinentes, também
118 aprovou o conteúdo da proposta. Para maiores esclarecimentos, colocou à disposição os

técnicos que trabalharam na proposta de resolução, oriundos tanto da Secretaria de Recursos Hídricos – SRH/MMA, quanto da Agência Nacional de Águas – ANA. O Dr. Garrido lembrou que a proposta básica da resolução, o processo de codificação, está sendo testado e utilizado há mais de quinze anos, desde sua concepção pelo professor Otto Pfafstetter. Com isso, concluiu que o tema já estaria bastante amadurecido nos setores que necessitam utilizá-lo. O conselheiro Julio Thadeu, com a palavra, disse que sua intervenção seria no intuito de relatar algumas peculiaridades do processo de codificação. Relatou que o estudo é uma metodologia numérica de codificação que facilita o gerenciamento de recursos hídricos, na medida em que permite a identificação de bacias pequenas o suficiente para que os próprios usuários pudessem ser identificados. Observou que a metodologia foi levada para os Estados Unidos, por engenheiro que trabalhou em convênio para seu aperfeiçoamento, na CODEVASF. Salientou que a metodologia é hoje lá utilizada e que a tendência indica sua extrapolação para, pelo menos, as três Américas. O conselheiro Mauro Viegas, que substituiu o Dr. Garrido na condução dos trabalhos da reunião, passou a palavra ao Conselheiro Jair Sarmento. O conselheiro Jair sugeriu que o conselheiro Oscar indicasse técnico que participou dos trabalhos de elaboração da proposta de resolução para, em função das características puramente técnicas da mesma, proferir uma apresentação com intuito de explicar a metodologia e, dessa forma, propiciar maior tranquilidade e convicção aos conselheiros para votação da proposta. O conselheiro Mauro Viegas consentiu e passou a palavra ao conselheiro Oscar que repassou a palavra ao Dr. Luiz Cláudio Figueiredo, da Secretaria de Recursos Hídricos/MMA, para que o mesmo fizesse a apresentação solicitada. O Dr. Luiz Cláudio agradeceu a oportunidade e disse que, como os antecedentes históricos do processo de codificação em questão já teriam sido relatados pelo conselheiro Julio Thadeu, iria partir para uma exemplificação prática de como o processo funcionaria na codificação de uma bacia escolhida aleatoriamente. Dito isto, fez sua explanação baseada na subdivisão e posterior codificação da bacia do rio Mucuri, cujo código, no processo proposto, seria 7596. Ao final, destacou que a análise visual do código que identifica a bacia, e suas subdivisões, permite importantes conclusões como a identificação do rio principal da bacia e a ordem dos rios das sub-bacias. Afirmou que a adoção do processo de codificação também possibilitará a uniformização dos procedimentos de subdivisão, independente da instituição que executá-lo. Com isso, se colocou a disposição para perguntas. Na ausência de dúvidas, o conselheiro Mauro Viegas parabenizou os trabalhos executados no âmbito da câmara e passou a palavra ao conselheiro Oscar. O Dr. Oscar disse que gostaria, ainda, de salientar a aplicabilidade do processo em sistemas de informação geográfica. Destacou a preocupação que se teve, no âmbito da câmara, com relação ao processo de adaptação que alguns órgãos, como a ANEEL e a ANA, terão que sofrer para modificar seus bancos de dados que, atualmente, adotam a sistemática de codificação definida no âmbito do antigo DNAEE. Disse que foi consenso que os benefícios advindos dessa mudança superariam os custos. O conselheiro Mauro Viegas agradeceu a intervenção do conselheiro Oscar e colocou a matéria em discussão. A Resolução foi aprovada por unanimidade. Solicitou então o próximo item de pauta: apresentação do documento “Visão Nacional - Síntese Panorama das Bacias Hidrográficas”, pelo conselheiro Oscar Cordeiro (**Anexo III**). Disse o Conselheiro que o documento seria a base para permitir a ampla discussão, no âmbito da sociedade, do governo e dos interessados de um modo geral, de uma proposta de Plano Nacional de Recursos Hídricos. Disse que o documento teria sido concebido pelo engenheiro Flávio Terra Barth e, no âmbito da Câmara Técnica, estabelecida uma estratégia de cronograma para sua discussão. Para o próximo ano, lembrou, foram agendadas duas reuniões para consolidar o documento que deverá passar, inclusive, por audiências públicas. Disse que a Câmara Técnica do Plano Nacional estará recebendo, até 30 de janeiro de 2003, críticas e sugestões para o documento, que foi produzido por um Grupo de Trabalho composto por técnicos da Agência Nacional de Águas e da Secretaria de Recursos Hídricos do Ministério do Meio Ambiente, com consulta a vários setores usuários. Disse que a pretensão seria consolidar um documento preliminar para discussão futura. Em seguida o Dr. Marco Neves, da Secretaria de Recursos Hídricos, com a palavra, apresentou o estágio atual de elaboração do documento e, logo após, o Dr. João Lotufo, da Agência Nacional de Águas, explanou sobre a parte técnica que retornará para conhecimento do Conselho após nova análise dos aspectos legais, institucionais e técnicos. O Dr. Lotufo comentou o Panorama dos setores usuários e o Panorama Nacional dos Recursos Hídricos por região hidrográfica, enfocando aspectos metodológicos e gerais (indicadores de saneamento, uso não consultivo, base hidrográfica, critérios de agregação das informações, disponibilidade hídrica e demandas dos diversos segmentos). Disse que o país estaria sendo

178 subdividido em treze regiões hidrográficas e 277 unidades hidrográficas de referência,
179 caracterizadas por variáveis de recursos hídricos e variáveis sócio econômicas. Na qualidade de
180 presidente da mesa o conselheiro Mauro Viegas parabenizou o trabalho e repassou a palavra
181 ao Dr. Marco Neves, que ressaltou que o trabalho está sendo elaborado como um documento
182 base para discussão e que o cronograma prevê que em 2003 serão aprofundadas todas as
183 informações disponíveis no fluxograma elaborado. Ressaltou que deveriam ser elaborados
184 Termos de Referência para contratação de produtos definidos. Disse que a estruturação macro
185 do Plano é a apresentada, onde o primeiro volume é a Visão Nacional. Finalizou dizendo que o
186 Plano Nacional de Recursos Hídricos é uma “argamassa” importante e imprescindível para a
187 construção do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos. O conselheiro Jair
188 Sarmento ressaltou que o material exposto está disponível nos *sítes* do Conselho, da SRH e da
189 ANA. O conselheiro Oscar Cordeiro informou que a Câmara Técnica do Plano Nacional marcou
190 uma reunião para 13 de fevereiro de 2003, quando apreciará a estratégia em discussão e a
191 natureza das sugestões que forem enviadas. O conselheiro Julio Thadeu lembrou que foram
192 enviados dois questionários, para Ministérios e setores de usuários, a fim de que estes
193 informassem as interfaces de suas áreas com os recursos hídricos; ressaltou a importância da
194 participação de todos na elaboração do Plano. O conselheiro Mauro Viegas solicitou à
195 Secretaria Executiva do Conselho que encaminhe um lembrete a todos os conselheiros para
196 que colaborem com a documentação. Passou-se ao item 3: análise da proposta de resolução
197 referente a “Diretrizes para a outorga de uso dos recursos hídricos para o aproveitamento dos
198 recursos minerais” (**Anexo IV**), encaminhada pela Câmara Técnica de Integração de
199 Procedimentos, Ações de Outorga e Ações Reguladoras – CTPOAR. Com a palavra o
200 Conselheiro Julio Thadeu, que convidou a Dra. Leila de Carvalho Gomes, Presidente da
201 câmara, para relatar o documento. A Dra. Leila agradeceu, destacou o caráter extremamente
202 técnico da resolução e discorreu um breve histórico dos trabalhos realizados no âmbito da
203 CTPOAR, inclusive com a criação de Grupo de Trabalho específico. Falou sobre a grande
204 dificuldade do poder outorgante, dos órgãos de meio ambiente e de atividade minerária na
205 emissão integrada dos respectivos licenciamentos. Lembrou que a Resolução CNRH nº 16, de 8
206 de maio de 2001, prevê a elaboração de resoluções para a regulamentação de casos
207 específicos, como esse do licenciamento da atividade minerária. Nesse sentido, continuou,
208 foram realizadas várias reuniões da Câmara Técnica objetivando uniformizar conhecimentos,
209 onde ocorreram contribuições de diversos setores e, após, foi criado um Grupo de Trabalho -
210 GT, coordenado pelo Dr. Emanuel Queiroz, oriundo do DNPM. Disse que os trabalhos do GT
211 tiveram início através de duas minutas, uma originada do Instituto Brasileiro de Mineração -
212 IBRAM e outra, uma resolução da Secretaria do Meio Ambiente do Estado de São Paulo que
213 tratava da integração entre licença ambiental, outorga e autorizações do DNPM. Salientou que
214 esta Resolução ora proposta objetiva orientar o empreendedor no seu relacionamento com os
215 órgãos gestores dessas três instâncias, quais sejam, o DNPM, o poder outorgante de recursos
216 hídricos e o licenciamento ambiental, sobre em que instante procurar e a quem procurar,
217 quem precede quem, e abrangendo as várias formas de interferências nos recursos hídricos.
218 Não obstante, continuou, tornou-se uma proposta de resolução enxuta, porém abrangente,
219 com recomendações gerais, conforme disposto nos artigos 2º e 3º, que determinam onde,
220 quando e como procurar o poder outorgante e/ou autorizações do DNPM; destacou também
221 que foi acrescentada uma recomendação para quando houver usos que abranjam mais de uma
222 bacia hidrográfica e dominialidade diferentes, e explicitando qual deve ser o procedimento,
223 com destaque para a priorização de usos determinados pelos planos de bacia, se já
224 existentes. Colocou-se à disposição para quaisquer dúvidas e esclarecimentos. Nada
225 perguntado, o conselheiro Mauro Viegas agradeceu, colocou em discussão e após, em votação,
226 a resolução foi aprovada por unanimidade. O Dr. Garrido, assumindo os trabalhos, agradeceu
227 ao conselheiro Mauro Viegas e, passou ao item 5 da pauta que trata da análise de proposta de
228 moção dirigida aos Ministérios das Relações Exteriores, do Meio Ambiente, da Justiça e da
229 Defesa, além de ao Governo do estado do Mato Grosso do Sul, ao IBAMA, a ANA e a FUNAI,
230 recomendando ações no âmbito dos respectivos órgãos e entidades, visando encaminhar as
231 questões referentes a bacia hidrográfica do rio APA, no estado do Mato Grosso do Sul (**Anexo**
232 **V**). Foi convidado o Conselheiro João Maurício para encaminhar a matéria. Este agradeceu e
233 colocou que a questão do rio Apa, localizado no estado do Mato Grosso do Sul na fronteira com
234 o Paraguai, foi trazida ao CNRH pelo Consórcio Intermunicipal para o Desenvolvimento
235 integrado das Bacias dos rios Miranda e Apa – CIDEMA, no mês de novembro de 2001 e
236 encaminhada, pelo Secretário Executivo do Conselho, a Câmara Técnica de Gestão de

237 Recursos Hídricos Transfronteiriços – CTGRHT. Disse que o assunto foi objeto de pauta da 6ª
238 reunião da CTGRHT, realizada no mês de dezembro de 2001, e que, em reuniões posteriores,
239 foram convidados representantes da ANA, do Programa Pantanal do MMA, dos Ministérios das
240 Relações Exteriores, da Justiça, e da Defesa, do Governo do Estado de Mato Grosso do Sul e
241 do IBAMA, para exporem sobre programas e ações em andamento na região daquela bacia
242 hidrográfica. Falou que desse trabalho, extenso e cuidadoso, resultou a proposta de moção que
243 ora era submetida à consideração do Conselho, pedindo sua aprovação. Com a palavra o
244 Prefeito do Município de Antônio João, senhor Dácio Queiroz Silva, que cumprimentou os
245 membros do CNRH na pessoa do seu Presidente Dr. Raymundo Garrido, as instituições
246 presentes, enalteceu os trabalhos da Secretaria Executiva e, discorrendo sobre os trabalhos
247 desenvolvidos à frente do CIDEMA e da Rede Brasileira de Organismos de Bacias – REBOB,
248 teceu comentários sobre a questão da gestão compartilhada em bacias transfronteiriças,
249 elogiando os trabalhos que vem sendo feito na prática, na região do CIDEMA, com destaque
250 para a questão do rio Apa. Com a palavra o Dr. Mauri Barbosa, que discorreu sobre os
251 problemas existentes na região da Bacia do rio Apa, fazendo uma apresentação objetivando
252 proporcionar uma melhor visualização aos conselheiros dos aspectos que envolvem a referida
253 bacia hidrográfica (**Anexo VI**). Destacou a dimensão da bacia do Alto Paraguai no Mato Grosso
254 do Sul, sua característica de transfronteiriça, nascendo na fronteira e desaguando na fronteira,
255 sua disponibilidade hídrica, os usos para turismo, pesca esportiva e ações predatórias,
256 causando muitos conflitos na região. Expôs sobre a necessidade de se estabelecer
257 procedimentos com vistas ao processo de gestão compartilhada daquela bacia, visto que,
258 apesar de existirem problemas, ainda é tempo de salvá-la da degradação que certamente
259 ocorrerá se não se tomar as providências requeridas pela moção. Disse que a bacia do rio Apa
260 seria um modelo para a gestão de recursos hídricos de bacias transfronteiriças. Informou
261 também sobre o objetivo de prevenir a ocorrência de grandes conflitos, embora já
262 aparecessem alguns, como a ausência de mata ciliar em regiões muito bonitas, desmatamento
263 no Parque Nacional da Bodoquena, entre outros. Finalizou sua apresentação e agradeceu a
264 atenção dos conselheiros. O Dr. Mauro Viegas agradeceu ao Dr. Mauri pela apresentação e
265 colocou em discussão a matéria. Não havendo comentários, colocou em votação a aprovação
266 da moção na forma apresentada. Contados os votos, o assunto foi aprovado por unanimidade.
267 Declarou a matéria aprovada. Passou para o item 4 da pauta: análise da proposta de resolução
268 referente a composição das Câmaras Técnicas cujo mandatos expiraram em janeiro de 2003,
269 encaminhada pela Câmara Técnica de Assuntos Legais e Institucionais. Convidou o Conselheiro
270 Julio Thadeu para apresentar a proposta de Resolução. O Dr. Julio Thadeu agradeceu e
271 esclareceu que, no dia 31 de janeiro de 2003, expirarão os mandatos dos representantes de
272 algumas Câmaras do CNRH: Câmara Técnica de Águas Subterrâneas - CTAS, Câmara Técnica
273 de Análise de Projeto - CTAP, Câmara Técnica de Ciência e Tecnologia - CTCT, Câmara Técnica
274 de Gestão de Recursos Hídricos Transfronteiriços - CTGRHT e a Câmara Técnica de Integração
275 de Procedimentos, Ações de Outorga e Ações Reguladoras – CTPOAR. Disse que a Secretaria
276 Executiva, no desenvolvimento do processo de substituição, solicitou aos Conselheiros, com
277 prazo para respostas, manifestação de interesse de participação nas Câmaras Técnicas em
278 questão. Explicou que as manifestações recebidas foram tabuladas e encaminhadas a Câmara
279 Técnica de Assuntos Legais e Institucionais – CTIL, à qual cabe elaborar propostas para
280 composição das Câmaras Técnicas do CNRH. Disse que aquela Câmara, dentro de critérios
281 preestabelecidos pelo Regimento Interno do Conselho, como: “necessidade de participação de
282 todos os segmentos representados no CNRH, a natureza técnica do assunto de sua
283 competência, a finalidade dos órgãos ou entidades representados e a formação técnica ou
284 notória atuação dos seus membros na área de recursos hídricos”, e procurando também
285 observar uma proporcionalidade de participação entre os segmentos representados no
286 Conselho, e ainda, a presença/frequência dos representantes às reuniões das Câmaras,
287 elaborou a proposta de resolução apresentada. Observou que um quadro foi distribuído aos
288 Conselheiros com a proposta para composição de cada Câmara, e que também foi proposta a
289 definição de suplências para algumas Câmaras. Ressaltou que em três Câmaras sobraram
290 vagas: uma na CTCT, uma na CTAP e três na CTGRHT. Disse que foi proposto pelos membros
291 da CTIL que se um determinado segmento demonstrasse interesse em preencher as citadas
292 vagas, as respectivas manifestações poderiam ser acatadas até a data dessa reunião do
293 Conselho, observada ordem de chegada; nesse sentido, complementou, foram recebidas duas
294 manifestações, uma encaminhada pelo representante dos Conselhos Estaduais – Região
295 Nordeste, com interesse na CTAP, CTAS, CTCT e CTPOAR, e outra, do segmento ONGs,

reivindicando participação na CTAP. Disse que, observados os critérios descritos e as vagas existentes, os Conselhos Estaduais – Região Nordeste ficaram com as vagas existentes na CTAP e na CTCT, e definido o segmento ONG como primeiro suplente na CTAP. Observou que restaram portanto as vagas da CTGRHT. Isto posto, propôs que, com a anuência do Plenário, essas vagas poderiam ser preenchidas a qualquer momento. Agradeceu a oportunidade e se dispôs a prestar esclarecimentos. O Presidente da mesa, Conselheiro Mauro Viegas, agradeceu ao Conselheiro Julio Thadeu e argüiu se algum segmento ou representante tinha algum interesse nas vagas disponíveis; como não houve manifestação, acrescentou ser importante constar da ata que a qualquer momento alguma entidade representada no Conselho poderá manifestar interesse e será atendida pela ordem de recebimento da solicitação. Em seguida, disponibilizou a palavra para alguma colocação ou sugestão quanto à Resolução; não havendo, colocou o assunto em votação e a proposta de Resolução foi aprovada por unanimidade (**Anexo VII**). Passando ao próximo item de pauta, o Conselheiro Julio Thadeu foi convidado para apresentar o Programa de Trabalho da Secretaria Executiva do Conselho Nacional de Recursos Hídricos, e respectiva Proposta Orçamentária, para o exercício de 2003, conforme estabelecido no inciso 5º, artigo 4º, do Decreto nº 2.612, de 1998, que regulamenta o CNRH (**Anexo VIII**). O Dr. Julio informou que a proposta estudada possui um valor total de R\$ 1.608.972,00 (hum milhão, seiscentos e oito mil, novecentos e setenta e dois reais), o qual foi encaminhado ao Ministério do Meio Ambiente para que fizesse parte da proposta do Meio Ambiente na questão orçamentária. Disse que no momento a proposta estava no Congresso sendo passível de votação e que, portanto, sujeito a alteração. O Dr. Julio ressaltou que a proposta orçamentária dá condições ao Conselho para desempenhar as atividades mínimas já estabelecidas por lei. Posta em votação, a matéria foi aprovada. Seguindo a Ordem do Dia, passou-se ao item 7 da pauta: requerimento de urgência, análise da proposta de moção (**Anexo IX**) aos Ministérios do Meio Ambiente; de Minas e Energia; da Saúde; e dos Esportes, Turismo e Lazer, com vistas a alteração do Decreto de 08 de julho de 2002, que criou o Grupo Executivo destinado a promover ações de integração entre a pesquisa e a lavra de águas minerais termais, gasosas, potáveis de mesa ou destinadas a fins balneários e a gestão de recursos hídricos. Com a palavra a Conselheira Regina Cancelieri que encaminhou a matéria e convidou o Presidente da Câmara Técnica de Águas Subterrâneas - CTAS, Dr. João Carlos Simanke, para apresentar o assunto. O Dr. João Carlos agradeceu e indicou que a intenção da proposta de moção era alterar um dispositivo jurídico, melhorando a sua forma e conteúdo, e fazendo valer a soberania e a função do Conselho Nacional de Recursos Hídricos. Salientou que no encaminhamento da proposta de moção teria sido solicitado que a Plenária do Conselho desse uma orientação sobre o prosseguimento ou não das atividades do Grupo de Trabalho criado no âmbito da CTAS, com a mesma finalidade do GT criado pelo Decreto. Salientou que não ocorreram reuniões do GT criado pelo Decreto, e que gostaria que a Plenária desse esse aval para o início dos trabalhos do GT da CTAS; disse acreditar que serão gerados bons frutos pra sociedade brasileira. O Dr. Garrido colocou então a matéria em discussão. Passou a palavra ao Conselheiro Mauro Viegas que argumentou que ambos os Grupos de Trabalho não chegaram a funcionar; disse entender que o GT da CTAS deveria iniciar os trabalhos normalmente e, posteriormente, encaminhar suas sugestões ao Conselho, as quais, depois de discutidas e aprovadas, seriam encaminhadas aos órgãos competentes do executivo. Destacou que a proposta de moção era uma manifestação de desagravo do CNRH, pois o Conselho não poderia ficar de braços cruzados em função de um Decreto que esquecia sua existência e atribuições; concluiu dizendo que a Lei nº 9.433, de 1997, seria muito clara com relação às competências do Conselho. O Dr. Garrido disse entender que a demanda foi para que se faça a moção a alguns Ministérios, com o objetivo de introduzir modificações no respectivo Decreto, e solicitando que, ao final, os trabalhos venham ao Conselho. Dito isto, solicitou que os Conselheiros votassem o assunto. Foram sete votos favoráveis à aprovação; um voto contrário, do MMA; e cinco abstenções. Disse que a moção estava aprovada e que seguirá para os destinatários propostos. Dando prosseguimento, já no item Assuntos Gerais, O Conselheiro Mauro Viegas agradeceu ao Dr. Garrido por todo o trabalho por ele comandado no Conselho. O Dr. Garrido agradeceu e destacou todo o ciclo de quatro anos de trabalho do CNRH enfatizando a eficiência de produção técnica. Aproveitou para apresentar uma publicação, produzida pela Secretaria do Conselho, a qual contém o conjunto de normas legais dentro da gestão de recursos hídricos, contando inclusive, com todas as resoluções aprovadas pelo CNRH. Informou que a publicação seria encaminhada a todos os conselheiros e membros de câmaras técnicas, e, posteriormente, aos agentes identificados na construção do fortalecimento do SINGREH,

355 como por exemplo, Ministérios Públicos, bancos que financiam sistemas de irrigação e órgãos
356 gestores de recursos hídricos. Agradeceu a toda sua equipe técnica pelo empenho nos
357 trabalhos e desejou a todos os presentes um Natal repleto de alegrias e que na passagem de
358 ano se renovem as esperanças para um Brasil melhor, que entra em uma nova fase política.
359 Deu por encerrada a VIII Reunião Ordinária do Conselho Nacional de Recursos Hídricos e
360 disse: uma vez aprovada pelo Plenário do CNRH, a presente ata será assinada por mim,
361 Raymundo José Santos Garrido, Secretário Executivo do CNRH, e pelo Ministro José Carlos
362 Carvalho, Presidente do CNRH.

363
364
365
366
367

JOSÉ CARLOS CARVALHO
Presidente

RAYMUNDO JOSÉ SANTOS GARRIDO
Secretário Executivo